

A sociedade colonial a partir de um processado pelo Tribunal do Santo Ofício

João Nunes: um rabi escatológico na nova lusitânia.
Sociedade colonial e Inquisição no nordeste quinhentista
Angelo Adriano Faria de ASSIS
São Paulo: Alameda, 2011

O desenvolvimento dos estudos voltados para a atuação do Tribunal do Santo Ofício na América portuguesa pode ser considerado tanto recente como também campo privilegiado na profusão de discussões e debates voltados para os mais diversos focos que tal presença ao longo dos seus três séculos de existência permitiu aos pesquisadores.

Datada de 1978, a obra de Sônia Siqueira¹ pode ser considerada um poderoso marco da historiografia brasileira a respeito das preocupações de se pensar a abrangência que a Inquisição assumiu na América portuguesa. Tanto a Igreja como a Coroa portuguesa se inseriam na preocupação de promover um maior controle social e religioso das novas possessões ultramarinas, tendo na figura dos cristãos novos uma das principais ameaças a esse controle pretendido.

Tratando-se de um dos primeiros esforços da historiografia brasileira

1 SIQUEIRA, Sônia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

no objetivo de se direcionar diretamente para as práticas mágico-religiosas, a obra de Laura de Mello e Souza² articulou a presença da Inquisição no Novo Mundo com a profusão de relatos envolvendo uma religiosidade multifacetada, alvo da perseguição de clérigos e inquisidores por toda a colonização portuguesa.

Autor de *Trópicos dos pecados*³, Ronaldo Vainfas é outro importante exemplo dos estudos que, a partir da década de 1980 no Brasil, se voltaram para temáticas relacionadas à cultura e à sociedade a partir da presença inquisitorial na Colônia. Direcionou-se, portanto, para a articulação entre tal religiosidade com o desenvolvimento da “pastoral do medo” encabeçada pela Inquisição a partir dos quinhentos.

Contudo, embora as obras anteriormente mencionadas mereçam ser lembradas como grandes referências para o estudo a respeito dos elementos relacionados à atuação inquisitorial no Brasil, vale lembrar que tal âmbito ainda nos revela novas formas de enfoque sobre as quais a historiografia brasileira vem se debruçando na última década e que merecem destaque.

Entre elas, ressaltamos, por exemplo, as redes construídas pela ação do Santo Ofício para ampliar sua

2 MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

3 VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

presença nas consciências religiosas da sociedade colonial. Tal foco, discutido por Daniela Buono Calainho, revelou um espaço de presença inquisitorial para além das tradicionais visitas promovidas – como a do século XVI, no Nordeste, e do século XVIII, no Grão-Pará – concretizando-se nos mais diversos agentes, como o caso dos familiares do Santo Ofício, analisados pela autora. Desse modo, ao analisar a trajetória de tais agentes na América portuguesa, a autora percebeu o paralelo entre o perfil jurídico dos familiares e a forma progressiva do desenvolvimento institucional na Inquisição portuguesa e da administração na Coroa⁴.

Traçando um objetivo próximo ao de Calainho, enfocando, contudo, as nuances envolvendo a ação dos agentes inquisitoriais sobre as consciências religiosas da população, Bruno Feitler pode ser considerado outro exemplo da renovação dos estudos voltados para o Tribunal do Santo Ofício português. Direcionando-se para a Capitania de Pernambuco, sua obra merece reconhecimento pelo esforço analítico de pensar as relações de proximidade ou até de conflitos entre as instâncias eclesiásticas e o Tribunal do Santo Ofício na América portuguesa. Aliando discussões direcionadas ao desempenho dos agentes da Inquisição no combate aos desvios heréticos, o autor apontou para o estudo dos comportamentos religiosos como elemento decisivo para se pensar o

4 CALAINHO, Daniela. *Agentes da Fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 40.

funcionamento da Inquisição⁵.

Reside, portanto, nesse contexto mencionado de ampliação de focos e renovação de temáticas referentes à Inquisição no Brasil, que merece nossa maior atenção, a obra do historiador Angelo Adriano Faria de Assis. Resultado de sua dissertação de mestrado, a obra intitulada *João Nunes: um rabi escatológico na nova lusitânia. Sociedade colonial e Inquisição no nordeste quinhentista*⁶, embora tenha em seu título o claro objetivo de traçar a trajetória do cristão-novo e famoso mercador na América portuguesa ao longo do Quinhentos, João Nunes Correia, processado pela Inquisição, suas discussões articularam diversas escalas de observação que fazem de sua obra importante exemplo de como a *microstória* fora apropriada pela historiografia brasileira principalmente nos últimos anos.

Resultado do que Jacques Revel denominara de “sintoma historiográfico”, a *microstória* encabeçada por autores como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi pode ser considerada um conjunto de proposições, nem sempre complementares, que buscavam respostas a uma abordagem estruturante e generalizante do que necessariamente a uma escola historiográfica homogênea⁷.

5 FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil*. São Paulo: Alameda, Phoebus, 2007, p. 13.

6 ASSIS, Angelo Adriano Faria de. *João Nunes: um rabi escatológico na nova lusitânia. Sociedade colonial e Inquisição no nordeste quinhentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

7 REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Ao propor a alternância de escalas na observação histórica de modo que os sujeitos fossem redirecionados ao acontecimento, às mudanças, à *microstória*, por diversos momentos fora utilizada pela historiografia brasileira para problematizar os estudos relacionados à Inquisição no Brasil.

O resgate do processo de João Nunes Correia na obra de Angelo Assis se insere, portanto, no objetivo de articular a visão geral a respeito do Tribunal do Santo Ofício português – estrutura, funcionamento, rituais, conforme analisara Francisco Bethencourt⁸ – com a práxis inquisitorial representada pelo então visitador Heitor Furtado de Mendonça, que desembarcara na América em 1591, e as nuances culturais e sociais vivenciadas pela sociedade colonial.

Suavizando as análises de Anita Novinsky, que pensara em uma visível “ideologia da Inquisição”, para identificar nas perseguições aos cristãos-novos o verdadeiro sentido que manteria viva a denominada “fábrica de hereges” no mundo moderno, Angelo Assis destacara não apenas o desenvolvimento das capitanias açucareiras, atrelado à presença dos cristãos-novos, como João Nunes, na qualidade de elemento justificador de uma visitação inquisitorial. Segundo o autor, o convívio pacífico entre cristãos-velhos e cristãos-novos era nítido no espaço colonial, onde a presença de casamentos mistos seria um exemplo considerável

de que o catolicismo não se fazia de modo tão rigoroso, sendo necessária, portanto, a presença de uma visitação inquisitorial para reorganizar o catolicismo defasado⁹.

É nesse sentido que a trajetória de João Nunes Correia se tornou notória a partir do momento em que revelou uma sociedade distante de um catolicismo pretendido pela Igreja e visado pelos agentes do Santo Ofício. O autor nos chamou a atenção, também, para sua importância não apenas na manutenção de uma ordem econômica estabelecida na América portuguesa e na qual era um dos principais representantes neste primeiro século de colonização, mas para a própria estrutura política e social vigente. Talvez, por isso, o próprio autor considerara a pena relativamente branda dos inquisidores lisboetas, diferentemente do visitador Heitor Furtado de Mendonça, que o processara durante a visitação, como reflexo das preocupações de se sentenciar um indivíduo importante na manutenção das relações luso-brasileiras.

Sua contribuição, portanto, reside notadamente na capacidade de identificar, em uma sociedade ainda em formação, diversas articulações sociais e culturais revelando uma variedade de crenças e práticas que não apenas os acusados de judaizar eram os responsáveis por sua profusão no espaço colonial.

Embora seu provável destino tenha se direcionado para terras espanholas, Madrid e depois Sevilha, a repercus-

8 BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

9 *Ibidem*, p. 36-37.

são gerada por suas atitudes durante o período em que se estabelecera no Novo Mundo permitiu ao autor identificar uma sociedade que oscilava entre o desregramento moral/religioso e a aspiração, mesmo que superficial, a uma vida cristã louvável aos olhos do Santo Ofício, quando a primeira visitação se concretizou. Denunciado tanto na Capitania de Pernambuco, onde residira, e na Capitania da Bahia, o cristão-novo João Nunes Correia nos é revelado por Angelo Assis como poderoso exemplo de como a Inquisição atuou com considerável sucesso nas consciências religiosas de uma Colônia ainda em formação.

A obra *João Nunes: um rabi es-catológico na nova lusitânia* pode ser considerada, portanto, importante contribuição para os estudos voltados ao Império português diante das várias facetas que seus domínios ultramarinos fazem emergir quando, a partir do historiador, são mudadas as escalas de observação.

Marcus Vinícius Reis

Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FFP

Seduzidos pela Memória

Seduzidos pela Memória

Andreas HUYSEN

Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000

Traduzido por Sérgio Alcides, *Seduzidos pela Memória* faz parte da

coleção *Agenda do Milênio*, do Instituto do Pluralismo Cultural, da Universidade Cândido Mendes-UCAM. Seu autor, Andreas Huyssen, é professor de Literaturas comparada e germânica, atualmente, na cátedra Villard da Universidade de Colúmbia, Nova York, onde também dirige o centro de estudos de literatura comparada. Entre outras publicações também escreveu *Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia* (1995) e *Memórias do Modernismo* (1996).

A obra em questão é dividida em cinco partes. O primeiro capítulo, denominado *Passados presentes: Mídia, Política, Amnésia*, discute a ascensão da temática de se estudar o passado vinculado ao presente que vem se revelando nos últimos anos, realizando um enfoque significativo do Holocausto como *lugar comum universal para os traumas históricos*. A partir disso, é discutida a questão da comercialização da memória, que vem se instaurando nos últimos trinta anos, através da intensificação do papel da mídia. No entanto, ele tenta mostrar que essa comercialização bem-sucedida do passado no Ocidente caracterizou-se, em outras partes do mundo, como uma forma de inflexão política explícita.

O segundo capítulo, intitulado *Sedução monumental*, busca associar a questão da monumentalidade à memória, mais especificamente, ao fato de que a memória vem se ascendendo como um dos assuntos mais públicos dos últimos tempos e como a questão da monumentalidade se posiciona nesse contexto. O enfoque desse capítulo será dado à Alemanha pós-unificação. Segundo ele, o lema

nos últimos anos na Alemanha vem sendo: “a redenção pela memória” em que inúmeros monumentos vêm sendo construídos desde então, relembrando o Holocausto, por exemplo. Entretanto, ele questiona se essa não seria uma maneira de proporcionar invisibilidade ao fato histórico, uma vez que, para alguns autores como Robert Musil, não há nada tão invisível quanto um monumento, e para o autor, Berlim, optando pela invisibilidade, seria a redenção pelo esquecimento, pois quanto mais o passado se torna invisível, mais fácil é esquecê-lo. O autor fala da monumentalidade como uma forma de embelezamento e empacotamento do passado, o que alimenta subliminarmente o esquecimento. Nos tempos modernos, essa monumentalidade, segundo ele, ainda está presente, mas migrando para um banco digitalizado.

No capítulo seguinte, Andreas Huyssen, ao analisar os monumentos e a memória do holocausto numa idade da mídia, coloca que à medida que nossas memórias são armazenadas em bancos de dados e acervos de imagens, nossa capacidade de nos dedicarmos a uma rememoração ativa vai se atrofiando. Para ele, a rememoração está inteiramente ligada ao passado, sendo assim, os modos de lembrar servem como definição para o nosso presente. Segundo ele, a memória de uma sociedade se dá através do corpo social de crenças e valores, rituais e instituições. No entanto, no caso específico das sociedades modernas, a memória se constrói em espaços públicos de memória como o museu, o memorial e o monumento.

O autor diz que sem memória,

sem uma releitura do passado, é impossível haver um reconhecimento da diferença muito menos a compreensão das complexidades e instabilidades de identidades pessoais, culturais, políticas e nacionais. Atualmente, as memórias pessoais e culturais estão sendo diretamente afetadas pela ascensão de uma nova temporalidade. Isso devido à aceleração do ritmo da vida material, por um lado, e pela emergência cada vez mais veloz das imagens e das informações através do ramo midiático, por outro.

Sendo assim, quanto mais nossa memória é arquivada em um banco de dados, mais o passado é transportado para o presente, acessível na tela. Essa simultaneidade, essa presentidade fornecida pelo acesso eficiente das imagens é imaginária. No momento em que essa simultaneidade vai desfazendo a alteridade entre passado e presente, a tendência é que ela perca sua âncora no real. Dessa maneira, os limites entre fato e ficção se perdem no mundo imaginário da tela. Sendo passado “deixado de lado”, o autor coloca que, na memória congelada, o passado não é nada além do passado.

No capítulo *Os vazios de Berlim*, o autor faz um aprofundamento acerca da parte arquitetônica de Berlim, enfocando suas principais mudanças. E, como um primeiro panorama, ele já coloca que a arquitetura sempre esteve ligada à formação das identidades políticas e nacionais, sendo assim, ele acredita que, através do estudo da arquitetura de Berlim, é possível desvendar pistas e entender como a Alemanha ficou após a queda do muro e como ela se projeta para o futuro.

Antigamente, a leitura da cidade como um texto era um discurso que envolvia arquitetos, teóricos, filósofos e críticos literários, hoje o discurso da cidade como imagem é feito pelo que o autor chama de “pais da cidade”, que corresponde a empreendedores e políticos que visam a aumentar a receita com o turismo de massa, convenções e aluguel de espaços comerciais. O autor então se volta à questão da cidade de Berlim, uma cidade que nos últimos anos vem incentivando o turismo, através do investimento na construção. Dessa maneira, o autor entende esta cidade como ideal para se estudar esse novo paradigma sobre a cidade como signo cultural.

Na conclusão da obra, Andreas Huyssen objetivou traçar uma importante relação entre as conformações do presente e os acontecimentos do passado. O livro aponta as origens de uma cultura memorialística que vem crescendo nos últimos anos e sua mudança frente ao atual processo de atuação da mídia. Por meio da análise de obras arquitetônicas, o autor busca traçar os novos paradigmas de conformação da cidade, relacionados com a cultura memorialística. Discussões como a função dos monumentos e dos museus interligadas aos novos tipos de temporalidades são frequentes, são apresentadas as novas formas de leitura da cidade e como se dá a análise disso. Os museus e os monumentos são postos como instrumentos de “redenção da memória”, em que é trabalhada a questão da invisibilidade dada a um determinado fato histórico e como se processa essa questão nos dias atuais frente às inovações tecnológicas. A

partir disso, abre-se uma discussão sobre a diminuição da rememoração por méritos próprios e a dependência da mídia para tal fato.

O livro é interessante aos estudos de arquitetura, urbanismo e geografia, incitando-nos a pensar em uma nova maneira de interpretar a cultura memorialística e relacioná-la ao papel dos museus e monumentos que ocupam o espaço que vivemos.

Ana Carolina Santos e Silva

Graduanda do Curso de Geografia na Universidade Federal de Viçosa

Entre o cajado e a pena do pastor

Os primórdios da Congregação da Missão no Brasil e a Companhia das Filhas da Caridade. Volume I (1819- 1849) e II (1849-1866).

Eugênio PASQUIER (obra póstuma). C.M.

Petrópolis: Editora Vozes Ltda., sem data

O meio historiográfico vem ganhando nas últimas décadas notável contribuição de estudos referentes ao tema religião e religiosidades, entre outros motivos, graças ao acesso a acervos documentais até então muito restritos da Igreja. Desta forma, a história da Igreja Católica e do Catolicismo no Brasil passou a ganhar novas discussões em programas acadêmicos, (re)descobrimo faces ocultas de antigos personagens, analisados, em alguns casos, de forma fria e tensa por autores preocupados em delinear uma elite

católica alheia aos interesses do “povo” e de sua religiosidade dita “popular”.

Foi assim, depois de longo período no exílio do esquecimento em prateleiras empoeiradas, que fontes produzidas da “porta para dentro” da Igreja foram sendo redescobertas por pesquisadores, como é o caso de acervos compostos por cartas pessoais, objetos de uso particular e do cotidiano de eclesiásticos. Este conjunto documental vem demonstrando para pesquisadores ligados à história cultural e intelectual que há algo mais a ser revelado das complexidades das relações e motivações daqueles personagens com a comunidade, até então obscurecidas pela negligência de certas correntes ideológicas de interpretação.

A tentativa de religiosos em relatar os fatos e acontecimentos relacionados à vida cotidiana e à administração de suas instituições é fato observado em várias ordens de todo o mundo, como é o caso da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo. A história dos Lazaristas no Brasil remonta aos anos de 1819, quando os padres portugueses Leandro Rebello Peixoto e Castro e Antônio Ferreira Viçoso chegam a estas terras e tomaram posse do que na época era o Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens – eremitério e centro de peregrinação fundado no final do século XVIII – hoje Reserva Particular do Patrimônio Natural – Santuário do Caraça. A partir desta Casa, a obra missionária irradiou-se pelos vários rincões brasileiros, e a prática de cadernos de campo durante as realizações missionárias renderam diversas publicações. Entre as mais recentes, destacamos a obra póstuma

do Padre Eugênio Pasquier, publicado pela Editora Vozes.

Eugênio Pasquier foi um sacerdote francês da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, destinado ao Brasil em 1903 para a realização de missões. Já no Brasil, foi colocado inicialmente no Seminário Santo Antônio, de São Luís do Maranhão. Mais tarde, em outubro de 1904, foi transferido para o Seminário Maior de Mariana, assumindo, em 1909, o cargo de Superior da Casa São Vicente do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro. Em 1912, foi nomeado pelo Superior Geral de Paris Visitador da Província Brasileira da Congregação da Missão e Diretor das Filhas da Caridade, até sua morte na cidade do Rio de Janeiro, em 1941. Em seu longo visitariato, o recrutamento de pessoal ingresso na Congregação estava vivendo bons tempos e número de brasileiros que superava aqueles de visitantes anteriores. Segundo Pasquier, até o início de 1912, ano em que assumiu o cargo de Visitador Provincial, não havia trabalhos de levantamento de documentos e de pesquisa para prestar informações que lhe eram necessárias por um motivo ou outro. Por este motivo, a partir de 1919 ele começou a recolher documentos de diversas casas provinciais no Brasil e em Paris, que lhe renderam um dossiê que compôs 431 páginas datilografadas, usadas então para a publicação referida.

O *corpus* documental da obra possui compilações de cartas, balanços, circulares e ofícios que o autor utiliza em citações e em suas justificativas. Além de lançar mão desta documentação, Pasquier utiliza crônicas, me-

mórias e histórias de outros Lazaristas antecedentes e contemporâneos seus, como os escritos do Pe. Francisco de Paula e Silva (*Caraça - Apontamentos históricos e notas biográficas*), os *Annales de la Congregation de la Mission*, redigidos por padres franceses, e a biografia escrita por Dom Silvério Gomes Pimenta (*Vida de Dom Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde da Conceição*). Com sua morte o trabalho não pôde ser completado, o que é denunciado em seus escritos na alegação de que o seu objetivo era o de escrever sobre o período que compreendia da chegada dos Lazaristas ao Brasil (1819) até a primeira metade do século XX, no período inicial de seu visitadorato. Além disso, o autor não considerava aqueles escritos como definitivos, o que pode ser evidenciado pelo excessivo número de notas manuscritas nas folhas datilografadas. A obra foi escrita primeiramente em latim e depois em francês, para só então ser traduzida para o português. Foi adaptada e organizada em 2 volumes por uma equipe de Lazaristas coordenada pelo Pe. José Evangelista de Souza.

Os capítulos são divididos cronologicamente e “contam os fatos” durante as administrações dos missionários respectivamente portugueses e franceses no Caraça, dando ênfase às tomadas de posse dos cargos, história de diversas casas, problemas internos da comunidade e pontos relativos à administração e governo da província das Minas Gerais. O texto não apresenta uma estrutura de fácil compreensão, pois a discussão de dados e fatos em busca de uma “verdade histórica” confere aos mesmos um estatuto apo-

logético e nada crítico das atividades e ações dos padres Lazaristas. Todavia, o autor tinha plena convicção de que os resultados ali obtidos não poderiam ser tomados como definitivos, e que suas pesquisas necessitavam de reavaliação e inclusão de novas fontes. De todo o modo, a crítica deve ser feita pelos pesquisadores, mesmo em textos dessa natureza.

A importância deste trabalho está não só nas apresentações das fontes relativas à Congregação da Missão, mas aspectos do trato missionário nas várias atividades. Deve-se, principalmente, por ser inerente à história dos Lazaristas, ligada à história da Igreja e da formação sócio-cultural brasileira, já que os Lazaristas, ao lado dos irmãos Vicentinos e das Filhas da Caridade, foram os grandes responsáveis durante todo o período imperial brasileiro pela fundação e administração de instituições assistencialistas, como hospitais, creches e asilos, bem como educandários, destacando-se dentre eles o Colégio do Caraça, em Minas Gerais. Isto sem falar da importante participação desta Congregação no processo de reforma da Igreja na Europa e no Brasil, que a partir do século XIX teve forte contribuição do então Bispo de Mariana, o Lazarista Dom Antônio Ferreira Viçoso.

Embora se trate de trabalho produzido por um sacerdote, é observado que as paixões e saudosismos contidos em muitos trabalhos apologéticos são deixados em alguns momentos de lado, fazendo duras críticas aos assuntos e relatos que achava pertinentes, mesmo aquelas direcionadas aos seus coirmãos de origem francesa. Além disso,

a pesquisa documental foi realizada em arquivos de acesso até hoje muito restritos, como os da Casa Central de Paris.

O trabalho é, sem dúvida, um estímulo para o ânimo da vocação vicentina, mas, além disso, demonstra ser ferramenta útil para os interessados em reviver uma memória até então pouco conhecida e divulgada no meio acadêmico e escolar. Como já observamos, é importante também resguardar os níveis de criticismo para os que utilizam esse tipo de trabalho em análises

de História da Igreja. Como menciona Pasquier, “refugiar-se no passado era [é] também um excelente derivativo para as dificuldades e abatimentos do presente. O cajado do pastor se transformava algumas vezes em caneta, mais fácil e mais agradável de ser manejada”.

Flávio Augusto de Freitas Teixeira

Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Viçosa

Karla Denise Martins

Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa